



## Dissídio Coletivo dos empregados da Ebserh é distribuído junto ao TST

Foi protocolada junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) a petição do Dissídio Coletivo dos empregados da Ebserh. A informação é da assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef que é uma das suscitantes do processo junto com as federações nacionais dos Enfermeiros e dos Farmacêuticos. A audiência inicial depende de agendamento do próprio TST e a categoria deve aguardar a próxima etapa desse processo. No início desse mês, representantes dos trabalhadores da Ebserh de todo o Brasil estiveram reunidos em Brasília, na Plenária Nacional do setor.

Além de fazer um balanço do processo de negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020, a categoria promoveu a construção da pauta do ACT 2020/2021. A proposta dos empregados para o próximo ACT será apresentada à Ebserh até o dia 30 de dezembro.

Durante a construção da pauta, os trabalhadores incluíram e modificaram cláusulas do ACT anterior. A intenção é manter direitos e avançar em pontos considerados prioritários aos empregados. Para a categoria o processo de negociações que levou o ACT esse ano a dissídio

foi marcado pela desvalorização e falta de diálogo da empresa com os empregados.

O TST tentou mediar o processo que, desta vez, não alcançou consenso. No Tribunal, o advogado da Condsef/Fenadsef, Valmir Vieira de Andrade, registrou indignação com o fato de que os empregados tenham que recorrer com frequência ao TST e que tenham sempre que abrir mão de direitos na negociação. Este foi o sexto ano em que as entidades sindicais precisaram buscar auxílio junto ao órgão.

Condsef/Fenadsef

### Sindsep/MA informa

O Sindsep/MA através da Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças, informa aos seus filiados e à sociedade em geral, que a entidade irá funcionar até às 12h no dia 23 de dezembro (segunda-feira), e que nos dias 24, 25, 31 e 01º de janeiro de 2020, não haverá expediente em virtude das festividades de final de ano.

**ATENÇÃO**





## Com Bolsonaro, salário mínimo perde ganho real conquistado nos governos do PT

O Congresso Nacional aprovou nesta terça-feira (17) o texto-base do parecer final sobre o Orçamento da União para 2020 que estabelece, entre outras medidas, que o valor do salário mínimo passará dos atuais R\$ 998 para cerca de R\$ 1.031, a partir de janeiro o ano que vem.

A correção levou em conta apenas a inflação medida pelo Índice Nacional dos Preços ao Consumidor (INPC), não tem aumento real, como previa a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo criada nos governos do PT para garantir o valor real que o piso nacional foi perdendo ao longo dos anos.

De acordo com a técnica da subseção da CUT do Dieese, Adriana Marcolino, em 2003 o salário mínimo representava cerca de 29% do valor de julho de 1940, quando foi instituído. Hoje, o salário mínimo representa 50,85% daquele valor. Com a política de valorização, de 2003 a 2017, o ganho real, ou seja, acima da inflação, foi de 77,01%, segundo estudo do Dieese. “É essa política que este governo pró-mercado, que beneficia patrão e prejudica trabalhador em todas as medidas anunciadas, exterminou”.

Caso a política de valorização do salário mínimo tivesse sido mantida, o valor em janeiro de 2020 seria de R 1.044, 41. São R\$ 13,41 a menos por mês para um universo de mais de 48 milhões de trabalhadores e beneficiários do INSS que recebem um salário mínimo - 23 milhões são aposentados e pensionistas do INSS, 12 milhões empregados, 8,5 milhões

de trabalhadores por conta própria e 3,7 milhões de empregados domésticos.

Por ano, serão R\$ 8,4 bilhões a menos no bolso desses milhares de brasileiros, calcula Adriana Marcolino. Segundo ela, por mês eles deixarão de receber R\$ 643,5 milhões.

Segundo a professora de economia do trabalho da Unicamp, Marilane Teixeira, 30% do total de pessoas ocupadas recebem o salário mínimo (R\$ 998,00) e 67% ganham até dois mínimos (R\$ 1.996,00).

**Histórico da política de valorização do salário mínimo/ Fonte: Dieese**

Em 2004, a CUT e demais centrais sindicais, em um movimento unitário, lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas a Brasília com o objetivo de pressionar e, ao mesmo tempo, convencer os poderes Executivo e Legislativo sobre a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo.

Desde 2003 até 2017, segundo o Dieese, o ganho real, ou seja, acima da inflação foi de 77,01%.

A partir de 1º de janeiro de 2017, o salário mínimo era de R\$ 937,00. Este valor representou 6,48% sobre os R\$ 880,00 em vigor durante 2016 e não correspondeu à variação anual do INPC, em 2016, que foi de 6,58%.

Caso o índice tivesse sido aplicado integralmente, o valor teria ficado em R\$ 938,00. Uma vez que

o PIB em 2015 não registrou crescimento, seguindo a regra em vigor, não foi aplicado este ganho adicional.

Já em 2018, o reajuste do salário mínimo foi o menor em 24 anos. Subiu apenas 1,81%, ficando em R\$ 954,00.

Em 2019, a alta foi de 4,61%, de acordo com a inflação do ano anterior mais a variação do PIB dos dois anos anteriores, e chegou a R\$ 998,00.

**Parlamentares aprovam mais de R\$ 2 bilhões para campanhas eleitorais**

Ao mesmo tempo em que tiram o pão da boca da classe trabalhadora deputados e senadores da base do governo aprovaram, sob protestos de muitos, o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 22/19 com a previsão de R\$ 2,034 bilhões para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para as eleições do ano que vem. Eles queriam um bilhão a mais.

**Orçamento**

O Orçamento da União de 2020 prevê R\$ 3,6 trilhões para as projeções de receita e de despesa. Desse total, R\$ 3,5 trilhões são dos orçamentos fiscal e de seguridade social, dos quais R\$ 917,1 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública.

A proposta orçamentária prevê ainda um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,32%, pouco acima da expectativa do mercado (2,20%). A inflação prevista para o próximo ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é de 3,53%.

*Escrito por: Marize Muniz/CUT*